

ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL: OS DESAFIOS DA AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR NA BUSCA PELA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA-PB

Luciana Dantas Sarmiento da Silva ¹
Rosângela Tavares Dantas de Souza ²
Louise Albuquerque Bezerra ³
Dália Rafael Brandão Oliveira ⁴

RESUMO

Este artigo tem por finalidade apresentar a análise feita sobre a perspectiva dos supervisores escolares da rede municipal de ensino de Santa Helena-PB a respeito da escola em tempo integral, bem como analisar a compreensão desses sujeitos sobre o conceito de educação integral. O estudo caracteriza-se como sendo de caráter descritivo, analítico e dialético. Adotamos como instrumentos de coleta de dados o questionário aberto, que se deu por meio de um roteiro de questões relacionadas ao tema de estudo. Os questionários foram aplicados a 04 supervisores escolares de 04 escolas da Rede Municipal de Ensino de Santa Helena – PB. Os dados coletados foram processados no ponto de vista qualitativo da análise de conteúdo (BARDIN, 1994). A pesquisa mostrou que supervisores escolares partilham perspectivas consensuais a respeito da educação integral, bem como sobre a contribuição da jornada ampliada na realização da educação integral. Constatou-se ainda que as escolas enfrentam dificuldades quando a ampliação da jornada principalmente no que diz respeito a estrutura física das escolas e resistência da comunidade escolar, mas que apesar dos desafios, tem se firmado como uma estratégia importante para a realização da educação integral. Além disso, os estudantes apresentaram melhora no desempenho na leitura, produções escritas, resolução de problemas, bem como nas demais atividades pedagógicas realizadas na sala de aula regular.

Palavras-chave: Educação Integral, Jornada Ampliada, Direitos de Aprendizagem, Política Pública.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar a análise feita sobre a perspectiva dos supervisores escolares da rede municipal de ensino de Santa Helena-PB a respeito da escola em tempo integral, bem como analisar a compreensão desses sujeitos sobre o conceito de educação integral. O estudo integrou o conjunto de ações realizadas para a construção da Proposta Pedagógica Municipal da Educação em Tempo Integral, que vem balizar a implementação da Política Municipal de Educação em Tempo Integral de Santa Helena.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Mestra em Políticas Educacionais pela Universidade Federal da Paraíba– UFPB, lucianadss19@yahoo.com.br;

² Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Especialista em Metodologia do Ensino Fundamental – ISEC, rosangeladantassh2019@gmail.com;

³ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Especialista em Gestão Escolar e Planejamento pela Faculdade São Francisco da Paraíba- FASP louiseseccsantahelena@outlook.com;

⁴ Graduada em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri-URCA. Especialista em Gestão Escolar e Planejamento pela Faculdade São Francisco da Paraíba- FASP, yedarayssa@hotmail.com.

A Educação em Tempo Integral é defendida no Brasil desde a década de 1930. Alinhados ao processo de industrialização e urbanização, intelectuais brasileiros passaram a discutir a criação de um sistema educacional que proporcionasse a modernização do país. Educadores e artistas como Lourenço Filho, Fernando Azevedo, Cecília Meireles e Anísio Teixeira defenderam a universalização da escola pública e gratuita conectada aos pressupostos do Movimento da Escola Nova.

Dentre os intelectuais do Movimento Escolanovistas, destacamos Anísio Teixeira, que concebia a educação escolar como meio de se alcançar “[...] áreas mais amplas da cultura, da socialização primária, da preparação para o trabalho e para a cidadania” (CAVALIERE, 2010, p. 250), percebendo a escola um lugar com funcionalidades ampliadas, além das questões educacionais/acadêmicas propriamente ditas. Assim, Teixeira defendia o aumento da jornada escolar diária para tornar possíveis esses princípios educacionais

Anísio Teixeira realizou a primeira experiência de escola pública em tempo integral quando assumiu o posto de Secretário Estadual de Educação da Bahia, implantando em Salvador no ano de 1950, um modelo de escola que ele chamou de Tempo Integral, "com o currículo mais completo possível" (ÉBOLI, 1969 *apud* BRANCO, 2012) no Centro Educacional Carneiro Ribeiro.

Posteriormente, convidado pelo Presidente Juscelino Kubistchek, Anísio Teixeira juntou-se a outros intelectuais da educação em Brasília, entre eles Darcy Ribeiro, para projetar um modelo de educação para o Brasil. Onde também deixou seu ideal de Escola em Tempo Integral, com a construção de um complexo escolar de uma Escola Parque e Escolas-Classe (BRANCO, 2012).

Entretanto, a necessidade de ajustar a oferta de vagas nas escolas públicas para cerca de 50% da população em idade escolar, que no final dos anos 50 do século XX ainda não tinha acesso, fez com que os governos elegessem ofertar o ensino em dois e até três turnos diários, por escola. Assim, a ampliação da jornada escolar e do currículo mais completo foi abandonada pelos governantes, que só voltaria a ser retomado 30 anos depois.

Nos anos 1980, a ideia de Anísio Teixeira de escola em Tempo Integral que oferecesse a oportunidade de desenvolvimento integral é retomada por Darcy Ribeiro, na cidade do Rio de Janeiro, com a construção dos Centros Integrados de Educação Pública (CIPEs). A partir

dos anos 1990 surgem pelo Brasil experiências de Tempo Integral e outras de Educação Integral inspiradas no ideário de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Em sua maioria, são experiências organizadas pelos municípios e que não seguiam um projeto político mais amplo, continuado e de governo. (BRANCO, 2012)

Assim, a partir da década de 1990, a Educação em Tempo Integral ganha lugar na agenda brasileira. Os modelos educacionais adotados foram provenientes de diferentes demandas sociais e conceitos, sendo estimulados por governos e organizações da sociedade civil, com o objetivo de propiciar às crianças e adolescentes oportunidades de aprendizagem por meio da ampliação da jornada escolar e do acesso à cultura, à arte, ao esporte, à ciência e à tecnologia como formas de superação das desigualdades sociais e do fracasso escolar.

Atualmente, defendida pelas principais leis que regem a educação nacional, a implementação da Educação em Tempo Integral baseia-se fundamentalmente no que regem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996), que propõe a progressiva ampliação do período de permanência dos alunos do Ensino Fundamental na escola e, a progressão das redes de ensino públicas de Ensino Fundamental para o regime de escolas de tempo integral, no Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014) que visa oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas brasileiras, destacando o atendimento da demanda não apenas em escolas de tempo integral, mas em atividades realizadas no contraturno, desenvolvidas por agentes comunitários em espaços da própria comunidade escolar.

É importante destacar que a Educação em Tempo Integral vai além da ideia de manter o aluno por mais horas dentro da escola. Ela precisa promover a socialização, a integração e estimular a aprendizagem no ambiente escolar. Denotando assim, passar mais tempo em processos significativos de aprendizagem.

Essa estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças e adolescentes. (BRASIL.MEC, p. 4, 2013)

Nessa perspectiva, a implementação da Política Municipal de Educação em Tempo integral em Santa-Helena tem como objetivo principal contribuir para a garantia dos direitos de aprendizagem das crianças, adolescentes que compõem o sistema municipal de ensino,

promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes, em seus aspectos: intelectual, social, físico e emocional, por meio de oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas.

A Política, ainda em processo de construção, vem sendo experienciada através da ampliação da jornada escolar de 04 para 07 horas diárias, nas quais serão realizadas atividades de acompanhamento pedagógico dos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, e atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer, buscando assim, a melhoria do desempenho escolar e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Assim, a compreensão sobre a perspectiva compartilhada pelos supervisores escolares a respeito da escola em tempo integral e do conceito de educação integral têm baseado, entre outros, a construção da Proposta Pedagógica Municipal da Educação em Tempo Integral, uma vez que esses profissionais, sujeitos da prática educativa, intermediaram processos anteriores de ampliação da jornada escolar – nos casos dos Programas Mais alfabetização e Novo Mais Alfabetização – e por isso puderam, com muita propriedade, nos oferecer elementos importantes para a compreensão dos principais avanços e limitações da ampliação da jornada escolar.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como sendo de caráter descritivo, analítico e dialético, pois se dispõe a analisar as perspectivas elaboradas e compartilhadas por supervisores escolares a respeito da escola em tempo integral e a contribuição da ampliação da jornada escolar para a educação integral. Neste sentido, esta pesquisa foi realizada na perspectiva qualitativa, que de acordo com Bogdan e Bikler:

[...] a fonte direta dos dados é o ambiente natural, sendo o investigador o principal instrumento de coleta, a investigação é descritiva e os dados são coletados em forma de palavras ou imagens, o mundo é examinado com o conceito de que tudo é importante, e qualquer coisa pode representar um caminho para maior apreensão sobre o objeto. (1994, p.47)

Adotamos como instrumentos de coleta de dados o questionário aberto, que se deu por meio de um roteiro de questões relacionadas ao tema de estudo. Os questionários foram aplicados a 04 supervisores escolares de 04 escolas da Rede Municipal de Ensino de Santa Helena – PB, o que corresponde a 50% do total de escolas do município. Como critério para

seleção da amostra de sujeitos da pesquisa, estabelecemos a atuação em escolas que atendessem ao Ensino Fundamental I, ou seja, do 1º ao 5º ano.

Os dados coletados foram processados no ponto de vista qualitativo da análise de conteúdo (BARDIN, 1994), objetivando extrair das respostas dos questionários a percepção dos supervisores a respeito da escola em tempo integral, educação em tempo integral, bem como as vantagens, desvantagens e principais desafios da ampliação da jornada escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação em Tempo Integral vem sendo experienciada no município de Santa Helena desde o ano de 2012 por meio dos programas federais Mais Educação e Novo Mais Educação. Em 2018 o município iniciou, de maneira experimental, a ampliação da jornada escolar, desta vez objetivando a construção e implementação de uma Política Pública de Educação em Tempo Integral através do Projeto Aprender Mais: Mais tempo na escola. O projeto teve como referência os dois programas postos em prática anteriormente – Mais Educação e Novo Mais Educação – e funcionou com jornada ampliada de 4 para 7 horas, contendo obrigatoriamente as atividades de acompanhamento pedagógico das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e atividades de artes, cultura e esportes.

Esses programas e projeto possibilitaram aos estudantes da rede municipal de ensino vivenciar atividades educacionais diversificadas, que permitiram o desenvolvimento de aprendizagens que a escola em seu tempo regular de ensino não teria condições de proporcionar.

Partindo do pressuposto de que as políticas educacionais são construídas passando por diferentes contextos – pelo contexto de influência, em debates, assembleias, convenções, fóruns, redes sociais; no contexto de produção de texto, em declarações, decretos, leis, programas, projetos; no contexto de prática, nas escolas, salas de aula, conselhos, coordenações, secretarias; no contexto de resultados, por meio das avaliações e divulgação dos resultados alcançados; e, pelo contexto de estratégia, no qual são feitas as correções das distorções da política (MAINARDES & MARCONDES, 2009) - a Política Municipal de Educação em Tempo Integral a ser implementada em Santa Helena possui solidez, uma vez que atravessou esse ciclo de políticas, por meio das experiências de ampliação da jornada escolar vivenciada nos anos anteriores.

A implementação da Política Municipal de Educação em Tempo Integral tem por objetivo garantir os direitos de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, bem como promover o desenvolvimento integral dos estudantes, em seus aspectos: intelectual, social, físico e emocional, por meio de oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas. Nesse sentido, compreender a perspectiva compartilhada pelos supervisores escolares da rede municipal de ensino nos possibilita a construção de uma Proposta Pedagógica Municipal da Educação em Tempo Integral mais alinhada a realidade das escolas municipais, respaldada na compreensão desses profissionais que atuam na práxis educativa e conhecem as principais dificuldades enfrentadas na ampliação da jornada escolar.

O questionário elaborado para aplicação na pesquisa continha 10 questões abertas, de cunho subjetivo, com a principal finalidade de compreender a perspectiva dos supervisores escolares sobre os temas da escola em tempo integral e educação integral.

O estudo nos revelou que na perspectiva dos supervisores escolares, a educação integral é percebida como uma “oportunidade educacional” (Supervisores 2 e 3). De acordo com Cortella (2019) a palavra oportunidade se origina no nome de um vento importante na navegação da antiguidade; os latinos chamavam de “*ob portus*” ao vento que conduzia a embarcação em direção ao porto. Assim, oportuno é o que leva ao lugar seguro, ao destino adequado, à saída desejada. A educação integral se configura assim como um meio condutor para o “desenvolvimento dos aspectos ético, social, cognitivo e afetivo” (Supervisores 3 e 4), bem como para “garantia dos direitos de aprendizagem” (Supervisor 2) dos estudantes.

Para a realização de uma educação integral, os supervisores escolares pesquisados são consensuais ao citarem aqueles que consideram elementos fundamentais, que podem ser sintetizados nas falas abaixo:

Podem ser entendidos como elementos estruturantes de uma educação integral: formação adequada e atualizada dos profissionais de educação, planejamento articulado e integrado entre escola e comunidade, gestão democrática da instituição de ensino, boas condições das estruturas físicas da instituição de ensino, participação dos pais ou responsáveis dos alunos, contextualização da realidade social na qual está inserida a escola, empatia entre corpo docente, funcionários da escola e família e suporte da secretaria de educação. (Supervisor 1)

[...] Melhor remuneração para os professores. (Supervisor 3)

[...] Professores motivados e comprometidos. (Supervisor 4)

O conjunto de elementos citados mostram uma percepção abrangente sobre aquilo que forma a estrutura a educação integral, que não se limita a questões pedagógicas ou físicas da escola, as transcendem, passando pela gestão democrática e a valorização do magistério.

A ampliação da jornada escolar, na perspectiva dos sujeitos da pesquisa, contribui para a educação integral a medida em que excede a sala de aula regular, estabelecendo uma relação direta entre a duração do tempo escolar diário e o desenvolvimento da aprendizagem, uma vez que, com a ampliação da jornada, a escola tem maiores condições de proporcionar situações de aprendizagem consubstanciadas no aprimoramento pessoal, cultural e social dos educandos.

Ainda encontramos nos discursos dos supervisores escolares, elementos que relacionam a ampliação da jornada escolar a proteção dos estudantes, uma vez que “afasta os alunos dos perigos sociais” (Supervisor 2). Além disso, a ampliação da jornada possibilita “um acompanhamento mais rigoroso dos professores nas atividades pedagógicas dos alunos, onde grande parte dos alunos não tem acompanhamento em casa” (Supervisor 1) e “aumento do rendimento do alunado” (Supervisor 2). Percebemos aqui uma mudança no discurso, que se desloca da educação integral para o assistencialismo, no qual a escola busca suprir demandas que não são necessariamente de sua responsabilidade, como afastar a violência social, papel do Estado na elaboração e implementação de políticas de segurança, e completar a lacuna deixada pela família no acompanhamento das atividades escolares dos estudantes.

Os pontos negativos percebidos pelos supervisores na ampliação da jornada escolar são: os alunos passam menos tempo em família; o cansaço, unido a falta de local específico para descanso; responsabilidade das instituições de ensino com uma carga maior de trabalho; aumento dos custos; e

Na nossa realidade falta de estrutura para acolher os alunos com alimentação, banho e descanso, sem a necessidade de ir para casa após o horário regular, já que a maioria precisa se deslocar para comunidades rurais e fica cansativo o ir e vir diário por conta do tempo e dos transportes. (Supervisor 4)

Logo, é possível perceber que esses elementos estão mais relacionados a falta de estrutura das escolas que propriamente a ampliação da jornada escolar. Assim, será necessária uma ampla reforma e adaptação das escolas do município de Santa Helena para que sejam superados esses entraves.

Quanto aos desafios enfrentados na escola em tempo integral, os supervisores relatam: conquistar o interesse dos alunos em participar da ampliação da jornada e conscientizar pais e responsáveis sobre seus papéis para o êxito da educação em tempo integral; tornar a escola mais atrativa; e, motivar a comunidade escolar. Nesse sentido, é possível perceber que fatores humanos têm sido os maiores desafios na implementação da escola em tempo integral. Contudo não podemos separá-los dos fatores estruturais mencionados anteriormente. Pois, possivelmente, com escolas estruturadas para o funcionamento da jornada ampliada, a resistência dos alunos e pais poderia ser menor ou até inexistente.

Numa comunidade escolar, todos os sujeitos se desenvolvem, não apenas os alunos. Para tanto, é necessário que as relações atinjam um nível horizontal e que se estabeleçam como relações permanentes, assim é fundamental que família e comunidade escolar estejam sintonizadas aos projetos da escola. Essa perspectiva possibilita uma escola viva, adaptativa, transformadora, capaz de atender mais amplamente ao potencial criador das pessoas em seu ambiente.

Apesar das dificuldades mencionadas, a escola em tempo integral tem refletido positivamente no desempenho em sala de aula e na aprendizagem dos estudantes. Os supervisores pesquisados relatam que os alunos têm demonstrado maior autonomia em atividades de leitura, escrita e resolução de problemas, também têm participado com maior desenvoltura das atividades pedagógicas propostas em sala de aula.

Assim, o estudo nos mostrou que o município de Santa Helena precisará abordar em sua Proposta Pedagógica para Educação em Tempo Integral estratégias que visem a superação dos entraves relacionados ao envolvimento da comunidade escolar. Enquanto política pública, o município precisará adequar a estrutura física das escolas a realidade da jornada ampliada e, dessa forma, garantir o desenvolvimento integral dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensarmos em Educação em Tempo Integral devemos trazer para o campo da discussão a realização de uma educação a de qualidade. Cientes da amplitude de significados do termo qualidade, o que defendemos é uma educação de qualidade social, propondo “uma escola que, para além de um espaço de assimilação dos conteúdos, seja um lugar de prática

cidadã, movido por uma intensa participação de seus agentes nos processos e práticas escolares ” (TORRES, p.60, 2016), objetivando o desenvolvimento integral do ser humano, consolidado em ações educativas intencionais capazes de desenvolver habilidades cognitivas e intelectuais, afetivas, éticas, físicas e sociais (POSSER; ALMEIDA; MOLL, 2016), alinhada ao que preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL.MEC, 2017).

Dessa forma, a Educação em Tempo Integral deve redimensionar os tempos e espaços escolares com a finalidade ampliar as oportunidades educativas, colaborando para vivências significativas de aprendizagens, como também para o enfrentamento ao abandono escolar, à reprovação e a fim de elevar a qualidade do ensino.

O que este breve estudo nos mostrou foi que o município de Santa Helena ao desenvolver uma Política de Educação em Tempo Integral deverá concomitantemente repensar a estrutura física de suas escolas, que ainda não estão adaptadas para tal. Neste processo de adaptação, as atividades da jornada ampliada podem seguir acontecendo tanto dentro da escola, nos ambientes disponíveis, como na comunidade em espaços cedidos. É fundamental que a escola que não possua espaço próprio estabeleça parcerias com clubes, associações comunitárias, igrejas e outros espaços sociais para a oferta das atividades.

E como toda política, a ampliação da jornada escolar no município de Santa Helena atravessa o período de ajustes. Em meio a esses ajustes, é importante que as escolas organizem seu tempo, para que este seja um aliado no trabalho escolar. Sem planejamento o tempo poderá levar a ociosidade e por conseguinte torna-se um problema para crianças e professores. As diferentes atividades propostas devem ter uma intencionalidade de aprendizagens que sejam significativas para o tempo da criança e não apenas para preencher o estipulado pela ampliação da jornada (SILVA, 2015). É a articulação entre quantidade e qualidade que deverá originar resultados no ensino de tempo integral no município.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394**, aprovada em 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 24 de setembro de 2019.

_____. **Lei nº 13.005**, aprovada em 25 junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: 2014. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 24 de setembro de 2019.

_____. **Manual Operacional de Educação Integral**. Brasília, 2013.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRANCO, V. Desafios para a implantação da Educação Integral: análise das experiências desenvolvidas na região sul do Brasil. **Educ. rev.** n.º. 45. Curitiba July/Sept. 2012.

CAVALIERE, A. M. Anísio Teixeira e educação integral. **Paidéia** (Ribeirão Preto). v.20, n.46, p. 249-259. Ribeirão Preto: Mai./Ago. 2010. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 22 setembro de 2019.

CORTELLA, M. S. **Educação como oportunidade ao êxito: outros tempos, outros desafios**. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/tplEventoUnti/extensao/unti/evento/download_palestras/educacaooportunidade.pdf. Acesso em: 20 de setembro de 2019.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. *In*. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009.

POSSER, J.; ALMEIDA, L. H.; MOLL, J. Educação Integral: contexto histórico na educação brasileira. **Revista de Ciências Humanas – Educação**, v. 17, n. 28, p. 112-126. Jul. 2016.

SILVA, A. C. Educação em Tempo Integral: tempo e espaços no desenvolvimento integral da criança no ensino infantil. *In* **EDUCERE XII Congresso Nacional de Educação**. Paraná, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21767_11138.pdf